

Brazlândia desafia o governo

KARLA MENDES

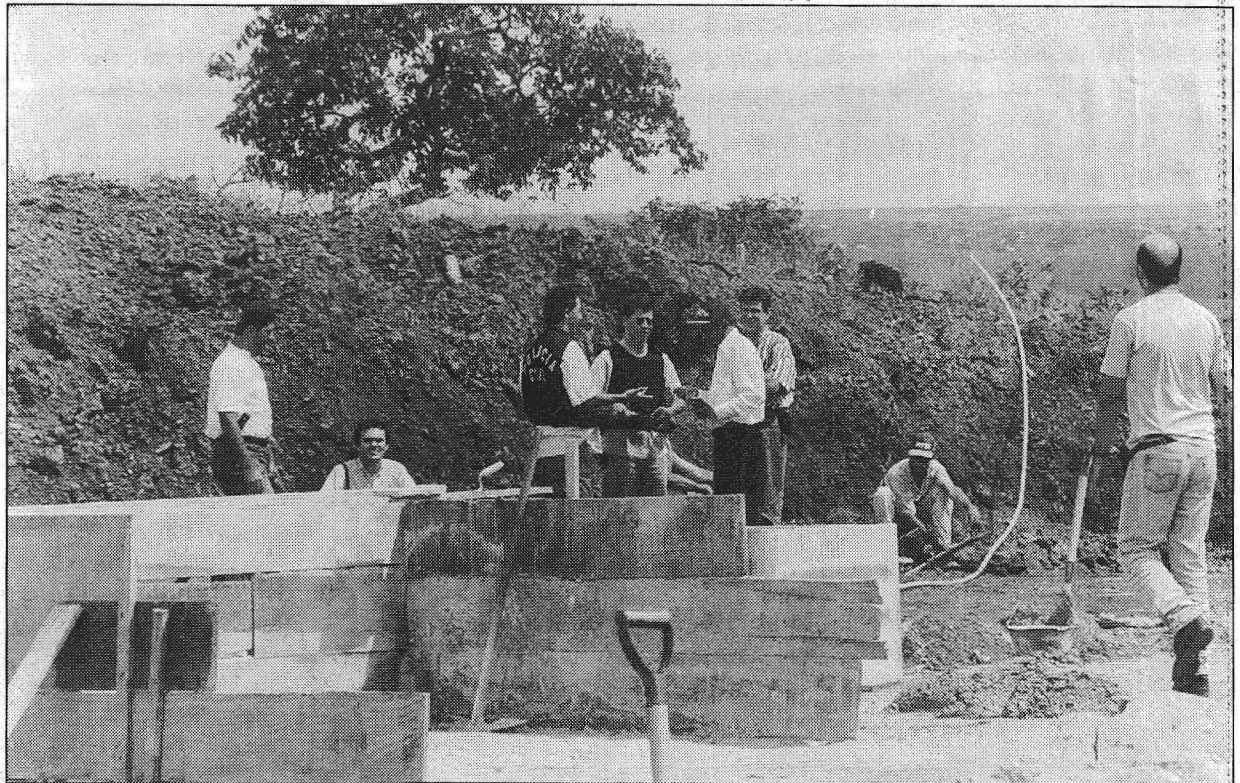
A Administração Regional de Brazlândia e o Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (Iema) estão travando uma verdadeira guerra na área rural da satélite. O pivô da crise é a obra de construção do abatedouro na Chácara Oliveira, de propriedade do advogado Carlos Sidney de Oliveira. Embargado pelo Iema, a construção do abatedouro, segundo o próprio administrador Regional, Jamil Francisco dos Santos, tem seu total apoio.

Ontem, durante operação conjunta do Iema, Caesb e Delegacia do Meio Ambiente (Dema) foi apreendido um trator da Administração Regional que trabalhava na obra. O advogado Carlos Sidney recebeu multa de R\$ 26 mil por desrespeito, pela segunda vez, o embargo da obra.

A operação, a terceira do Iema na Chácara Oliveira foi motivada por denúncia de fazendeiros da região. De acordo com o Iema, o abatedouro bovino está sendo construído em local não permitido pela legislação ambiental. A obra, que terá 500 metros quadrados depois de concluída, fica dentro da Área de Proteção Ambiental (Apa) do Descoberto, próxima à rodovia DF 425. Segundo o fiscal do Iema Flávio Braga, o abatedouro fica próximo a mananciais que são responsáveis pelo abastecimento de água de Brazlândia.

Abastecimento - O maior risco é o vazamento de matéria orgânica para o córrego, que poderia desativar a captação da Caesb e prejudicar o abastecimento de água de Brazlândia", explica Flávio Braga.

O engenheiro florestal Márcio Niemeyer Borges, técnico da Caesb, frisou que a proibição de instalação de atividades poluentes foi normatizado no Plano de Proteção do Lago da Barragem do Descoberto, de onde vem 70% da água potável consumida no DF. De acordo com os fiscais do Iema, o abatedouro não possui nenhuma das três licenças exigidas para a sua instalação: a licença consulta prévia, a licença ou alvará de instalação e a licença de operações. No momento da autuação, o advogado Carlos Sidney se recusou a receber o auto de infração.



Construção de abatedouro em APA do Descoberto abre polêmica entre Sematec, administração regional e Iema

Administração defende abatedouro

Boa parte da confusão que envolve o abatedouro foi causada pelos próprios órgãos do governo. Enquanto o Iema e a Caesb lutam para embargar a obra, a Sematec passa o caso para o Ibama e a Secretaria de Agricultura aprova o projeto, considerando-o satisfatório do ponto de vista técnico e sanitário.

Segundo o administrador regional, Jamil Francisco dos Santos, a Secretaria de Meio Ambiente - a quem o Iema está subordinado - indefere o pedido e de construção do abatedouro e indica o Ibama como gestor da Apa do Descoberto, para que o processo seja analisado. Tanto Jamil dos Santos quanto o proprietário do abatedouro, Carlos Sidney, garantem que a resposta da Sematec demonstra que o Iema não tem competência para fiscalizar ou embargar a obra. "Não sei por que

estão fazendo um cavalo de batalha nessa questão. Temos interesse na construção do abatedouro para acabar com a carne clandestina que é comercializada em Brazlândia", afirmou.

Perseguição - Para o advogado Carlos Sidney, o caso não passa de perseguição política. Sidney mostrou à equipe do **Jornal de Brasília** o projeto da obra, que prevê lagoas de decantação da água utilizada e processos de filtragem da matéria orgânica. "Os técnicos do Ibama estiveram aqui e aprovaram o abatedouro. O Quintanilha (Augusto Quintanilha é chefe da divisão Técnica da Superintendência Regional do Ibama) me disse por telefone que o Ibama deve aprovar o projeto".

Augusto Quintanilha negou as afirmações do advogado e disse que a obra foi notificada também pela fiscalização

do Ibama. Segundo Quintanilha, ele apenas informou, durante contato telefônico de iniciativa de Carlos Sidney, a quem não conhece pessoalmente, que tecnicamente a implantação do projeto é de possível controle ambiental. "Entretanto, o abatedouro tem potencial poluidor, sim", ressaltou.

Sidney também mostrou ofício assinado pelo diretor do Departamento de Defesa Agropecuária e Inspeção de Produto de Origem Vegetal e Animal da Secretaria de Agricultura, Mardoqueu Gomes de Carvalho, em que o projeto do abatedouro foi considerado satisfatório. Carlos Sidney entrou com o processo de autorização, junto à Administração Regional, para o início da obra no dia 28 de dezembro passado. Depois que a obra estiver concluída, o advogado pretende abater entre 20 a 30 animais. (KM)